

AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA SALARIAL NO BRASIL POR MEIO DE UMA MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS

Sessões Ordinárias

Autor: Luciana da Silva Ferreira – UFRRJ/IM – ferreira_lucianarj@yahoo.com.br

Área: Trabalho, Indústria e Tecnologia

Subárea: Mundo do Trabalho

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a estrutura de distributiva salarial conforme a composição das ocupações dos trabalhadores e dos diversos setores de produção da economia brasileira para a primeira década de 2000. Para tanto, a análise repousará sobre os dados obtidos por meio da construção de uma matriz de distribuição de salários, conforme o Sistema de Contas Nacionais. A interpretação proposta no presente estudo avalia que a estrutura produtiva e de ocupações define uma distribuição de salários que reflete na renda pessoal. A hipótese do trabalho é de que a estrutura produtiva do país afeta a distribuição dos salários e a remuneração atrelada à ocupação e, por sua vez, determina os rendimentos individuais.

Palavras-Chave: Matriz de Distribuição de Salários, Mercado de Trabalho, Estrutura Ocupacional.

Abstract

This paper aims to analyze the structure of the wage distribution as the composition of the occupations of workers and the various production sectors of the Brazilian economy for the first decade of 2000. To this end, the analysis will rest on the data obtained through the construction of a Wages Distribution Matrix as the System of National Accounts. According to the interpretation proposed in this study, the production and occupations structure defines a wage distribution that reflects on personal income. The work assumes that the productive structure of the country affects the distribution of wages and remuneration linked to occupation and, in turn, determines individual earnings.

Keywords: Wages Distribution Matrix, Labour Market, Occupational Structure.

1- Introdução

A produção agregada de bens e serviços gera uma renda agregada correspondente que é apropriada pelos agentes que participam diretamente do processo de produção e de maneira indireta pelos demais agente, especialmente por meio das transferências de renda por parte do Estado. A

participação direta dos agentes na apropriação da renda ocorre conforme a função que estes agentes cumprem no processo produtivo, na forma de lucros e salários e isso delineia a distribuição funcional da renda como também a distribuição pessoal da renda. Neste caso, é importante ressaltar o papel exercido pela renda do trabalho na composição da renda total das famílias¹. Compreender como os salários são distribuídos na economia faz-se necessário à medida que se reconhece que a economia apresenta distintos salários, cujo estudo da distribuição deve levar em conta a estrutura produtiva e ocupacional como determinantes de uma distribuição de renda na economia.

Neste sentido, deve-se investigar de que modo a estrutura de produção, os setores de atividade econômica e a estrutura de ocupações, bem como suas importâncias relativas numa economia emolduram a distribuição de salários. No caso da economia brasileira, o tema ganha relevância, à medida que poucos trabalhos buscam dispensar esse tratamento dos determinantes da distribuição de salários com base na interpretação teórica da Economia Política Clássica e do Princípio da Demanda Efetiva de Kalecki. Além disso, é preciso que a investigação avance na direção do desmembramento das Contas Nacionais do Brasil, especialmente quando se trata da geração de renda primária oriunda do trabalho – os salários. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo analisar a distribuição de salários na economia brasileira ao longo da primeira década de 2000 conforme a estrutura de ocupações e os setores de atividade econômica a partir dos dados oriundos do Sistema de Contas Nacionais. Isso será feito por meio da construção de uma Matriz de Distribuição de Salários para alguns anos selecionados, cujos dados sejam reflexos dos registrados nas Contas Nacionais do país.

Para isso, este artigo estará dividido em mais quatro seções além dessa introdução. Na próxima seção será apresentada a abordagem teórica que sustenta a análise; a seguir, será descrita a metodologia da construção da Matriz de Distribuição de Salários condizente com as Contas Nacionais; na seção seguinte serão feitas as considerações e interpretações dos dados da Matriz de Distribuição de Salários e por fim serão colocadas as considerações finais do trabalho.

2- Aspectos Teóricos sobre a Distribuição de Salários

O processo de distribuição funcional da renda é tema de interesse de economistas embasados na economia política clássica, uma vez que estes buscam avaliar e investigar os determinantes da distribuição da renda entre lucros e salários numa economia capitalista de produção. A análise de como a renda é formada e distribuída na forma de lucros e salários leva em conta uma economia caracterizadamente dividida entre capitalistas e trabalhadores.

¹ De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2008-2009) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, cerca de 60% da renda das famílias é composta por salários.

De acordo com a economia política clássica, o conhecimento da distribuição funcional da renda exige entender a determinação de salários, do excedente e do próprio preço das mercadorias. Assim, o estudo da teoria clássica sobre os determinantes das taxas de salários, em especial, da taxa de salário natural reconhece a existência de diferentes salários na economia, mas, que por simplificação, deve ser considerado como a remuneração de um trabalhador médio comum. De acordo com Stirati (1994):

The focus of classical wage theory is the determination of a single rate of remuneration of labour, the natural wage.(...) By the term ‘natural wage’ the classical economists explicitly mean the wages paid to common labourers (...) however does not mean that the classical economists ignored the existence of pay differentials. Their focus on the wages of common labour is an abstraction, analytically justified by their view that pay differentials tend to be very stable over time (STIRATI, 1994, pag. 2)

Neste sentido, a taxa de salário natural é aquela segundo a qual as taxas de salários tendem a gravitar e está pautada no consumo de subsistência dos trabalhadores, podendo ser maior ou igual ao salário de consumo de subsistência. Assim, “subsistence consumption corresponds to a historically determined minimum below which wages cannot long remain”. (STIRATI, 1994, pag. 172). O consumo de subsistência, por sua vez, leva em conta hábitos e costumes adquiridos e que são tidos como inerentes à subsistência desse trabalhador. Conforme Ricardo (1982):

A capacidade que tem o trabalhador de sustentar a si e a sua família que pode ser necessária para conservar o número de trabalhadores não depende da quantidade de dinheiro que ele possa receber como salário, mas da quantidade de alimentos, gêneros de primeira necessidade e confortos materiais que, devido ao hábito, se tornaram para ele indispensáveis e que aquele dinheiro poderá comprar. (RICARDO, 1982, pag. 81)

Segundo Stirati (1994, pág. 173) a taxa de salário natural é determinada por dois fatores: o que é considerado hábito e costume histórico e o poder de barganha dos trabalhadores. Em relação ao primeiro fator, ele é reflexo do processo da luta de classes e da aceitação por instituições e convenções sociais e isso pode diferenciar entre países ou economias. Assim, o salário natural irá depender, além dos fatores mencionados na citação anterior, do custo de vida do país onde reside o trabalhador. No entanto, isso está diretamente relacionado às conquistas da classe trabalhadora no passado que tenham incorporado esses elementos como componentes da subsistência do trabalhador.

Por outro lado, o poder de barganha relativo da classe trabalhadora determina se a taxa de salário natural se iguala ao consumo de subsistência ou está acima dele. Para Stirati (1994), o poder de barganha é influenciado pelo comportamento do mercado de trabalho e pelos fatores políticos e institucionais. Em relação ao comportamento do mercado de trabalho destacam-se as oportunidades de emprego disponíveis definidas pela razão entre a população empregada e a população total. Assim, por exemplo, se uma economia encontra-se com parte considerável de sua população empregada (e, conseqüente, reduzido desemprego), há um aumento do poder de barganha relativo

dos trabalhadores e isso pode levar a uma taxa de salário acima do consumo de subsistência. Do contrário, uma situação de desemprego conduz a um enfraquecimento do poder político dos trabalhadores, levando-os a aceitar salários menores pela ameaça do próprio desemprego². Esses fatores irão influenciar inclusive a proporção da população empregada no futuro, haja vista que o estoque de trabalhadores desempregados pressiona os entrantes futuros deste mercado.

Em relação aos fatores políticos e institucionais, destacam-se elementos como as características do próprio sistema produtivo em que trabalhadores são donos apenas da força de trabalho remunerada por salário; a forma de organização política do governo; e a existência ou não de sindicatos e de leis que regulam o mercado de trabalho. Assim, a organização de trabalhadores na forma de sindicatos que os representem fortalece o poder de negociações salariais a favor dos trabalhadores. Por outro lado, as leis trabalhistas podem contribuir positiva ou negativamente. A existência de leis que protegem os trabalhadores (tanto quando estão na ativa ou não) ampara e fortalece a classe trabalhadora. Já leis mais flexíveis que não garantam proteção dos trabalhadores podem contribuir para o enfraquecimento dos trabalhadores.

Numa análise complementar Sraffa (1983) considera que o salário é composto por duas partes: o salário de subsistência que seria uma medida dada, conhecida, e a apropriação de parte do excedente na forma de salário variável. Essa divisão do excedente entre lucros, rendas e juros, além de uma parte dos salários dependeria, entre outros, daqueles fatores institucionais e políticos mencionados anteriormente.

Destarte, pode-se afirmar que nas relações políticas que ratificam os interesses de classes, o estudo da distribuição funcional da renda passa, por assim dizer, pelo conceito de excedente que ajuda a compreender os determinantes de vários fenômenos econômicos relevantes, como distribuição de renda e preços relativos. A abordagem do excedente³ foi bastante desenvolvida pelos economistas clássicos, a começar por William Petty, na segunda metade do século dezessete. Podemos definir o excedente como o valor monetário da produção que ultrapassa o valor monetário dos insumos necessários à produção de mercadorias. Conforme Serrano (2007), o excedente pode ser medido de duas formas: em mercadorias ou em trabalho. Assim, o excedente pode ser caracterizado como a quantidade de mercadorias produzidas que excede a quantidade de mercadorias necessárias para realizar a produção do total de mercadorias, incluindo aí as mercadorias adotadas como insumos, inclusive o consumo necessário para o insumo trabalho. Em

² Além disso, Kalecki (1977) ao discorrer sobre os aspectos políticos do pleno emprego argumenta que a economia capitalista necessita da existência de desemprego como instrumento disciplinador dos trabalhadores.

³ Para mais detalhes sobre a abordagem clássica do excedente ver Serrano (2003) e Serrano e Medeiros (2004).

termos de trabalho como medida do excedente, este é dado pela diferença entre o tempo de trabalho aplicado na produção total e o tempo de trabalho para produzir o consumo necessário à população.

Conforme Sraffa (1983), a produção de uma mercadoria é dada por meio de outras mercadorias, onde cada uma dessas tem os seus respectivos preços. Assim, é necessário definir o preço de cada mercadoria que participa do processo produtivo e também dos fatores que se apropriam do excedente. Seguindo a ideia clássica, cada mercadoria tem um preço que seria o seu preço natural, no qual o preço de mercado gravitará⁴. Como o preço natural é formado por fatores mensuráveis (mercadorias), é possível calcular o preço natural das mercadorias. Para isto, entretanto, os clássicos identificavam uma mercadoria que serve como medida invariável de valor (que depois com Sraffa se torna um conjunto de mercadorias), por exemplo, o trabalho. Esta mercadoria teria o preço de uma unidade e todas as outras um preço relativo a esta. Com isso, ter-se-ia um sistema de equações com um mesmo número de incógnitas.

Sendo assim, na perspectiva clássica, a determinação da distribuição da renda nacional entre lucros e salários requer também o conhecimento dos preços das mercadorias. Assim, uma vez que os salários dos trabalhadores são compostos por duas partes, uma dada (no caso, o próprio salário de subsistência segundo o qual nenhuma taxa de salário poderá ser inferior) e outra variável que é a parcela apropriada do excedente (e depende, em alguma medida, do poder de barganha relativo dos trabalhadores), é preciso definir o excedente apropriado pelos capitalistas na forma de lucros e rendas. No entanto, não basta conhecer a distribuição funcional da renda entre lucros e salários, haja vista que se faz necessária uma abordagem teórica que ajude a entender a renda do trabalho, incluindo aí o conhecimento dos determinantes das diferentes taxas de salários na economia.

A exposição até aqui foi feita com base na suposição simplificadora de uma taxa de salário natural que gravita em torno do consumo de subsistência (mesmo admitindo que para a economia clássica seja válida a aceitação de diferentes taxas de salários). No entanto, a partir deste ponto faz-se necessário aprofundar o estudo sobre as diferentes taxas de salários existentes numa economia.

Para tanto, o primeiro fato a considerar a respeito é que estamos tratando de um processo de produção que congrega n número de bens de e n número de trabalhadores. A aceitação deste fato é importante à medida que necessitamos compreender uma economia com diferenciais de salários e ocupações. Por ocupação nós vamos considerar um cargo ou posto de trabalho (emprego) com características e atividades desempenhadas semelhantes quando se trata da mesma ocupação e características e atividades desempenhadas distintas com relação a ocupações diferentes. Esse conceito converge àquele estipulado pelo Ministério do Trabalho, segundo o qual “ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas”. (MTE,

⁴ Para um estudo mais amplo sobre o tema ver Crespo (2007).

2010, Bases Conceituais). Do mesmo modo, uma ocupação (ou posto de trabalho) envolve um conjunto de atribuições e funções que a (o) caracterizam.

Por sua vez, esse posto de trabalho, ao ser ocupado por uma pessoa, estabelece relações de trabalho que podem ser assinalados com vínculo formal ou informal. As ocupações com vínculo são aquelas caracterizadas pelo amparo de Leis Trabalhistas ou regras específicas e podem ser tanto do setor público quanto do setor privado. Por outro lado, as ocupações sem vínculo formal abrangem trabalhadores sem carteira assinada e autônomos. Numa economia classificada por setores de atividades e indústrias diferentes, poderão conviver tanto ocupações com ou sem vínculo. No entanto, cabe ressaltar que quanto maior o número de trabalhadores com vínculo, maior a proteção social concedida ao trabalhador na forma de direito a férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia, auxílios, etc. Para efeitos de nossa análise, vamos considerar a possibilidade da existência de ocupações similares – ou seja, que requerem o desempenho das mesmas atividades – tanto no mercado formal, quanto no mercado informal de trabalho.

As ocupações ou postos de trabalho são classificadas também de acordo com os setores de atividade de uma economia. Neste sentido, pode-se ter o caso de uma ocupação alocada ou demandada por um setor de atividade específico ou por mais de um setor de atividade, isto é, comum a diferentes setores. Assim, o que caracteriza uma ocupação é o conjunto de atividades e tarefas que devem ser executadas pelo ocupante do posto de trabalho, enquanto que o que assinala um setor de produção é sua atividade principal, os produtos produzidos por ele, suas relações econômicas com demais setores institucionais, etc. Isso, portanto, esclarece a existência de uma ocupação ou posto de trabalho em diferentes setores de atividade de produção ou uma ocupação exclusiva de um setor.

Um setor de atividade pode conter diferentes setores institucionais⁵, com organizações específicas, diferentes tamanhos e importância relativa no setor de atividade, grau de inovações tecnológicas em seu processo produtivo, dentre outros. Isso também irá influenciar os postos de trabalho, bem como seu papel no setor institucional. Uma ocupação numa grande empresa pode ter importância relativa maior do que numa empresa de menor porte, assim como um posto de trabalho pode ter papel distinto no setor privado ou no setor público. Em grande parte, isso será determinado pelo papel relativo do setor institucional dentro do setor de atividade, pelo grau de desenvolvimento tecnológico e contribuição ao valor adicionado da economia pela unidade institucional.

Conforme argumentado anteriormente, cada ocupação ou posto de trabalho reúne características ou tarefas necessárias para sua classificação. Essas ocupações, por sua vez, demandam habilidades dos prováveis candidatos ou ocupantes dos cargos. Ou seja, cada trabalhador deve se adequar às habilidades exigidas e necessárias a cada ocupação pretendida. De acordo com

⁵ Os setores institucionais podem ser, por exemplo, famílias, empresas e governo.

Gleicher e Stevans (1991), essas habilidades podem ser gerais ou necessárias a um grupo de ocupações ou específicas para determinados postos de trabalho que, por sua vez, exigirá (ou não) que este conhecimento seja adquirido por meio de educação formal. Assim, a aquisição de tais habilidades pode se dar por treinamento, educação formal ou tratar-se de alguma habilidade natural, como expõem Gleicher e Stevans (1991):

To perform almost any occupation in an existing capitalist society, the individual worker must acquire some degree of entry-level training. (...) This is not to say that the acquisition of such training is the only factor limiting the numbers of workers capable of performing in the various occupations; certain occupations require “natural” abilities – talents – possessed by some individuals and not others.” (GLEICHER e STEVANS, 1991, pág. 15).

Todavia, cabe aqui uma ressalva elementar a respeito do que está sendo sugerido. Nesta proposta, que carrega os elementos das relações de produção de uma economia política clássica e a validade do Princípio da Demanda Efetiva, uma vez que existe demanda por diferentes bens e serviços na economia, as unidades institucionais responsáveis pela oferta destes produtos passam a demandar trabalhadores que desempenhem determinadas tarefas necessárias à viabilização da oferta de bens e serviços com base nas suas expectativas de venda. De outra forma, é a demanda por bens e serviços que determinará não só a oferta destes bens, como também a demanda por postos de trabalho ou ocupações. Contudo, somado a isso, podemos afirmar que outros fatores adicionais contribuem para a demanda por postos de trabalho por parte das firmas, como a estrutura de ocupações.

Além disso, seguindo Appelbaum (1979), podemos postular a existência de setores distintos numa economia de produção caracterizada pela existência de setores com incorporação de alto nível tecnológico de produção convivendo com setores mais atrasados da economia. No primeiro caso a autora relaciona o predomínio de uma elevada relação capital/trabalho, elevado poder de mercado (para a autora, trata-se da presença de oligopólios nos grandes centros urbanos), ocupações que requerem alto custo de treinamento de trabalhadores, presença de sindicatos ou outros tipos de organizações de trabalhadores, dentre outros. Por outro lado, o setor atrasado da economia convive com baixo nível tecnológico, técnicas atrasadas de produção, falta de poder de mercado, ocupações cujas habilidades são mais comuns, etc. Este antagonismo entre os setores reflete ocupações também antagônicas quando observadas a partir das unidades que as demandam. Da mesma forma, esse conflito quanto às habilidades requeridas pelas ocupações pode ser baseado na convivência de setores de atividades que comportam firmas mais desenvolvidas e outros setores de atividades mais atrasados, isto é, existem ocupações cujas características e conjunto de atividades são opostas, pois espelham as características das firmas ou setores de atividades que o demandam/comportam.

A definição dos determinantes do perfil da estrutura ocupacional de uma economia implica também conhecer os elementos que determinam as remunerações destas ocupações, isto é, dos salários. Cada ocupação em cada setor de atividade recebe uma remuneração que corresponde ao salário pago aos trabalhadores que ocupam os postos de trabalho disponíveis na economia. Sendo assim, o critério de determinação da remuneração é a ocupação e, uma vez que existem diferentes ocupações na economia, então, há também diferentes taxas de salários na economia. Adicionalmente, os trabalhadores buscam ocupar os postos de trabalho tendo em vista os salários que os remuneram e a sua capacidade de desempenhar as tarefas pertinentes às ocupações. Isso implica diretamente na existência de mão de obra com diferentes habilidades, ou seja, trabalhadores heterogêneos na economia que são remunerados com diferentes taxas de salários, cada qual associada a uma ocupação também heterogênea.

Como dito anteriormente, a estrutura de ocupações depende em grande parte da estrutura de produção de uma economia. Assim, as características das ocupações sofrem influências, por exemplo, da importância relativa dos setores de atividade econômica e do grau de desenvolvimento tecnológico tanto das firmas quanto dos setores produtores. Esses fatos impactam diretamente nas remunerações das ocupações e justifica a existência de distintas taxas de salário para uma mesma classe de ocupação, dependendo do grau de desenvolvimento da firma ou do setor de atividade a qual a firma pertence, ou ainda da região geográfica deste setor considerando a heterogeneidade de regiões.

Por outro lado, a competição por emprego tem fortes influências na determinação das taxas de salários numa economia. De acordo com Lewis (2010) em economias em desenvolvimento com excedente de mão de obra há uma competição maior entre trabalhadores em certas ocupações. Segundo LEWIS (2010, pág. 415), “Nessas ocupações encontra-se em geral um número de pessoas bem maior que o necessário e todas recebem quantias muito pequenas (...)”. Ou seja, em economias em desenvolvimento, que apresentam baixa relação capital/produto, a competição por empregos e salários é mais comum em determinados grupos de ocupações. Para Lewis (2010), adicionalmente a isto, a concorrência nos setores mais atrasados da economia determinam os seus salários, que se aproximam do salário de subsistência, e os salários do setor capitalista. Assim, a oferta ilimitada de mão de obra pode levar a um maior desemprego para certos grupos de trabalhadores. Para Piore (1979), por exemplo, o desemprego involuntário ocorre justamente com maior frequência e volume em determinados grupos sociais.

Outro fator determinante das taxas de salários é o poder de barganha relativo dos trabalhadores. Este ponto está intimamente relacionado aos anteriores à medida que tanto as características da estrutura produtiva quanto da oferta ilimitada de mão de obra concorrem para enfraquecer ou fortalecer o poder político relativo dos trabalhadores. Numa economia que apresenta

alto nível de emprego com altas taxas de crescimento econômico, maior será o poder de barganha dos trabalhadores e, por conseguinte, maiores as vitórias na disputa pela apropriação de parte do excedente. Por outro lado, quanto maior o desemprego, maior a reserva líquida de trabalhadores e menor seu poder de barganha.

Contudo, o poder de barganha dos trabalhadores pode ocorrer não apenas ao nível das relações entre trabalhadores e capitalistas, mas também das relações entre grupos de trabalhadores. Assim sendo, a oferta ilimitada de trabalhadores contribui para o enfraquecimento do poder relativo dos grupos de trabalhadores que concorrem por postos de trabalho onde o excedente de mão de obra é mais frequente. Isso, inclusive, poderá enfraquecer o poder de sindicatos e de demais representações trabalhistas. Dessa forma, existe a possibilidade de trabalhadores lutarem não apenas com capitalistas pela apropriação de parte do excedente, mas também de grupos de trabalhadores concorrerem por uma massa de salários. Ademais, conforme Dunlop (1979), a economia é constituída por diversos contornos salariais que definem a remuneração de determinadas ocupações. Para Piore (1979), por exemplo, a determinação desses contornos pode ser influenciada pela disputa dos grupos de trabalhadores ocupados:

The role of wages in this respect results in a series of fixed relationships among the wage rates of certain groups of Jobs and workers; these relationships are known as wage contours. The economy is composed of a series of these more or less self-contained contours. The boundaries of the contours evolve over time, as do the relationships within them. But at any given moment of time, the boundaries and the internal wage relationships are fixed. When a wage breaks out line, distorting one of these fixed relationships, immense pressure is generated to restore it (...). They also generate political and organizational conflicts among various branches and division of such bodies as trade union and corporations. (PIORE, 1979, pág. 6)

Por fim, mas não menos importante, podemos citar o papel do governo na influência direta sobre as taxas de salários através da determinação do salário mínimo. Muitas ocupações no mercado formal de trabalho caracterizadas por salários próximos ao consumo de subsistência bem como as ocupações do mercado informal de trabalho têm suas remunerações balizadas pelo salário mínimo, ou seja, seguindo Medeiros (2002, 2005), o salário institucional se torna o farol para os trabalhadores menos qualificados e aqueles que compõem o mercado informal de trabalho. Neste sentido, as políticas econômicas de valorização do salário mínimo, isto é, de reajustes deste salário institucional acima da inflação provocam um impacto positivo nas ocupações que tomam por base este tipo de remuneração.

Uma vez apresentado o argumento teórico da determinação da renda do trabalho, o próximo passo é apresentar a metodologia da construção da Matriz de Distribuição de Salários e a análise de seus principais resultados, conforme tópico a seguir.

3- Matriz de Distribuição de Salários

A matriz de distribuição de salários é uma matriz matemática que busca identificar a estrutura de distribuição de rendimento dos trabalhadores com vínculo formal e informal de acordo com sua posição no mercado de trabalho, seu nível de instrução e classificados conforme os setores de atividade da economia⁶, condizentes com os resultados das Contas Nacionais. A compilação destas informações partiu da consulta a diferentes fontes de dados oficiais, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema de Contas Nacionais (SCN) e a Coordenação das Contas Nacionais (CONAC) do IBGE. Enquanto a RAIS é um registro administrativo que cobre o mercado formal de trabalho, o SCN é construído a partir de diferentes fontes de dados. Neste sentido, é natural que os dados dessas duas fontes não sejam convergentes. Para tanto, os dados da RAIS constituem a estrutura básica da construção da Matriz de Distribuição de Salários.

O objetivo ao construir a referida matriz é apresentar a estrutura de salários por setores de atividade, conforme a estrutura de ocupações por faixa de remuneração. Destarte, as colunas da Matriz de Distribuição de Salários são classificadas conforme os setores de atividade da economia, enquanto que as linhas dispõem as ocupações do mercado de trabalho com sublinhas de faixas de remuneração uma última linha para ocupações sem vínculo, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 - Matriz de Distribuição dos Salários Esquemática por faixa de remuneração

ocupações/atividade	setores de atividades		
	1	2	n
Ocupações com Vínculo			
Descrição da ocupação			
faixas de remuneração			
Ocupações sem Vínculo			
Sem carteira			
Autônomos			
Total			

Elaboração própria

Conforme a estrutura apresentada no quadro 1, a partir dessa matriz construída será possível analisar a remuneração média e a frequência de ocupações alocadas por cada setor de atividade e conforme faixas de remuneração. Desta forma, se atenderá à necessidade de

⁶ Por causa da disponibilidade dos dados, esse detalhamento aprofundado será possível apenas para o mercado formal de trabalho.

levantamento das informações pertinentes à estrutura e características das ocupações e sua alocação pelos setores de atividade da economia.

Esquemáticamente, a matriz de distribuição de salários é dada por:

- Massa de Salários: W , sendo $W = q \cdot w$, em que w é o salário médio e q a quantidade de trabalhadores no mercado formal e informal.
- Matriz de Distribuição de Salários: $W = [\omega_{ij}]$

Onde ω_{ij} são os elementos da matriz que expressam q e w classificados conforme a estrutura de ocupações, elencados em cada setor de atividade e de acordo com a característica da ocupação (se com vínculo ou sem) e da faixa de salário. A coluna total dessa matriz possui valor coincidente com o total dos salários do Sistema de Contas Nacionais, tanto em suas tabelas sinóticas quanto nas Contas Econômicas Integradas (CEIs).

De acordo com IBGE (2008), o levantamento das informações de ocupações e remuneração é feito a partir de diversas fontes de dados disponibilizadas pelo IBGE e outras externas a este. Dentre as fontes internas, constam diversas pesquisas realizadas pelo IBGE como a Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), além da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Como fontes externas o IBGE adota informações declaradas pelo Banco Central, a Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) da Receita Federal e a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE), dentre outras⁷.

Diante da diversidade das fontes de informações captadas nas contas nacionais e do imperativo de classificar a distribuição de salários por estrutura de ocupações e por setores de atividade, é preciso assumir um arcabouço que preencha, ao mesmo tempo, os pré-requisitos desta classificação e que corresponda à realidade das contas nacionais dos anos elencados. Para isso, foram selecionadas duas fontes de dados básicas para a criação de critérios de elaboração da estrutura da Matriz de Distribuição de Salários. Uma é a RAIS que balizará a construção da estrutura de informações sobre os trabalhadores ocupados com vínculo formal e permitirá a divisão por ocupações e setores de atividades; a outra é próprio Sistema de Contas Nacionais, especialmente, as Tabelas Sinóticas sobre Ocupações e Remunerações e demais informações disponibilizadas pela Coordenação de Contas Nacionais (CONAC) do IBGE que auxiliarão alcançar os dados para trabalhadores sem vínculo formal por setor de atividade.

Será a estrutura original de uma Matriz de Distribuição de Salários que garantirá que os dados das contas nacionais sejam alocados nesta matriz. Na verdade esta estrutura original será

⁷ Para mais detalhes, ver IBGE (2008).

dada na forma de uma matriz e, portanto, constituirá uma matriz de transição necessária à obtenção da matriz fim. Essa matriz de transição – a partir de agora, chamada matriz de coeficientes de salários – apresenta a participação dos salários de cada ocupação alocada em cada setor de atividade no total de salários pagos por cada setor. Ela é construída a partir dos dados originais da RAIS sobre as ocupações com vínculo:

$$C = RAIS \cdot (W_f^{-1})$$

Sendo, C a matriz de coeficientes de salários, RAIS a tabela de salários da RAIS e W_f o total de salários de cada setor de atividade. Desta matriz, será possível obter a matriz de distribuição de salários, conforme expresso a seguir:

$$MDS = (C \cdot W_{fCN}) + W_{iCN}$$

Onde W_{fCN} são os salários formais por setor de atividade divulgados pelas Contas Nacionais e W_{iCN} são os salários informais por setor de atividade das Contas Nacionais.

De outro modo, a matriz de coeficientes de salários (C):

$$C = \begin{bmatrix} w_{11} & \cdots & w_{1n} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ w_{m1} & \cdots & w_{mn} \end{bmatrix}$$

A matriz de coeficientes de salários é a representação matricial da participação de cada ocupação no respectivo total de cada setor de atividade. Ela é a matriz de transição para o cálculo da matriz de distribuição de salários. Para tanto, ela será multiplicada por escalares dados pelos valores das remunerações/ rendimento disponibilizados pela Coordenação de Contas Nacionais e classificados por setores de atividades. A Matriz de Distribuição de Salários será completada com os dados das ocupações sem vínculo. Para obtê-la, a matriz C será multiplicada pelo salários das ocupações com vínculo. Assim, para salários de ocupações com vínculo será obtida a submatriz D_w de Distribuição de Salários, tal como:

$$w = \begin{bmatrix} w_{11} & \cdots & w_{115} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ w_{n1} & \cdots & w_{n15} \end{bmatrix} * W_{fCN} = MDS_{fCN} = \begin{bmatrix} d_{11} & \cdots & d_{115} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ d_{n1} & \cdots & d_{n15} \end{bmatrix}$$

Onde W_{fCN} é o vetor de salários para trabalhadores com carteira por setor de atividade que permitirá obter a matriz auxiliar de distribuição de salários formais (MDS_{fCN}). A agregação dos dados sobre ocupações sem carteira assinada e autônomos para os quinze setores de atividade

econômica aos dados desta matriz auxiliar levará à Matriz de Distribuição de Salários para trabalhadores formais e informais:

$$MDS = \begin{bmatrix} d_{f_{11}} & d_{f_{12}} & \cdots & d_{f_{15}} \\ \vdots & \ddots & & \vdots \\ d_{f_{n1}} & d_{f_{n2}} & \cdots & d_{f_{n15}} \\ d_{i_{m1}} & d_{i_{m2}} & \cdots & d_{i_{m15}} \end{bmatrix}$$

Os elementos d_f são referentes aos trabalhadores formais e d_i tratam dos trabalhadores informais. A matriz de distribuição de salários é um importante instrumento de nossa análise à medida que ela permite a visualização da estrutura de salários a partir da estrutura de ocupações e dos setores de atividade do país para os anos de 2001, 2005 e 2008. Seus valores são coincidentes com as informações fornecidas pelo Sistema de Contas Nacionais, mas, com a vantagem de ampliar a visualização de como se comportam os salários.

Essa matriz possui 15 colunas com os setores de atividade⁸ (cada coluna constará do número de ocupações e remuneração média) e 11 linhas para o ano de 2001 e 10 linhas para os anos de 2005 e 2008⁹; cada linha comportará seis sublinhas que se referem à faixa de salários. Os principais resultados dos cálculos efetuados a seguir são apresentados como se segue, respeitando a análise feita nas seguintes frentes: i) análise de todo mercado de trabalho; ii) análise por estrutura de ocupações e iii) análise por setor de atividade econômica. Contudo, é necessário destacar que nos dados de 2001 a divisão por estruturas de ocupações se diferencia dos demais anos e, por isso, a análise comparativa será limitada aos outros dois anos. Posto isto, podemos fazer um estudo comparativo, começando com o comportamento do total da renda média (em valores correntes) para todos os três anos por faixa de salários.

⁸ Agropecuária, Petróleo, Commodities Industriais, Indústria Tradicional, Commodities Agrícolas, intensivos em tecnologia, Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água, Construção, Comércio, Transporte, Armazenagem e Correio, Serviços de Informação, Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar, Atividades Imobiliárias e Aluguel, Outros Serviços, Administração, Saúde e Educação Públicas.

⁹ Isso porque, a classificação da RAIS para o ano de 2001 comportava o critério da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 94, com os seguintes grupos de ocupações: Trabalhadores das Profissões Científicas Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados; Trabalhadores das Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados; Membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Func. Públicos Superiores, Diretores de Empresas e Trab Assemelhados; Trabalhadores de serviços Administrativo e Trab. Assem; Trabalhadores de comércio e trabalhadores assemelhados; Trab. Serviços de Turismo, Hospedagem, Serventia, Higiene e Embelaz, Seg Aux de Saúde e Trab Assem; Trab. agropecuários, florestais, da pesca e trab assem; Trab prod indust, oper maq, condut veic e trab assemelhados; Trab prod indust, oper maq, condut veic e trab assem; Trab prod indust, oper maq, condut veic e trab assemelhados. Enquanto que para os anos de 2005 e 2008 a RAIS era baseada na CBO 2002 com as respectivas ocupações: Membros Superiores do Poder Público, dirigentes de Organizações de interesse público e de empresas e gerentes; Profissionais das Ciências e das Artes; Técnicos de Nível Médio; Trabalhadores de Serviços Administrativos; Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Com. em Lojas e Comércio; Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Caça e Pesca; Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais; Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais; Trabalhadores de Manutenção e Reparação.

4- Análise dos Dados da Matriz de Distribuição de Salários

Os principais resultados dos cálculos efetuados a seguir são apresentados como se segue, respeitando a análise feita nas seguintes frentes: i) análise de todo mercado de trabalho; ii) análise por estrutura de ocupações e iii) análise por setor de atividade econômica. Contudo, é necessário destacar que nos dados de 2001 a divisão por estruturas de ocupações se diferencia dos demais anos e, por isso, a análise comparativa será limitada aos outros dois anos. Para analisar todo o mercado de trabalho, vamos apresentar os dados referentes à frequência dos trabalhadores para os três anos, conforme faixa de salários. Veja:

Tabela 1- Frequência de Trabalhadores por Faixa de Salários

	2001	2005	2008
OCUPAÇÕES COM VÍNCULO			
Até 1 salário mínimo	1.189.257	1.773.935	2.166.094
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	10.340.208	15.810.092	21.180.493
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	7.015.314	7.482.658	7.810.396
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	8.564.841	8.317.437	8.472.897
Mais de 7,00 salários mínimos	4.746.436	4.052.227	3.920.731
Total	31.856.056	37.436.349	43.550.611
OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO			
Sem Carteira	18.477.752	20.547.657	21.012.933
Autônomos	29.210.604	32.921.667	31.669.065

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

Conforme a Tabela 1, as faixas de remuneração que concentram maior número de trabalhadores formais são aquelas situadas no intervalo entre um e três salários mínimos, representando mais da metade dos empregos formais¹⁰. Por outro lado, as faixas com menor concentração de trabalhadores encontram-se nos limites inferior e superior, ou seja, há um menor número de trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo e mais de sete salários. A variação na frequência ao longo do tempo pode ser observada na tabela 2, a seguir.

¹⁰ Em termos percentuais, no ano de 2001 54% dos trabalhadores estavam concentrados nesse intervalo, enquanto que para os anos de 2005 e 2008 registrou-se 62% e 67%, respectivamente.

Tabela 2: Variação da Frequência de Trabalhadores por Faixa de Salários

	2005-2001	2008-2005	2008-2001
OCUPAÇÕES COM VÍNCULO			
Até 1 salário mínimo	49,2	22,1	82,1
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	52,9	34,0	104,8
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	6,7	4,4	11,3
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	(2,9)	1,9	(1,1)
Mais de 7,00 salários mínimos	(14,6)	(3,2)	(17,4)
Total	17,5	16,3	36,7
OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO			
Sem Carteira	11,2	2,3	13,7
Autônomos	12,7	(3,8)	8,4

Elaboração própria a partir da MDS

Pela tabela 2 é possível perceber que houve variação positiva nos períodos para os trabalhadores formais que recebem até três salários mínimos e para os trabalhadores sem carteira assinada. Já na faixa superior, acima de sete salários mínimos, houve uma queda na frequência dos trabalhadores. Esse resultado pode indicar que a alteração na composição do mercado de trabalho por faixa de salários pode ter sido influenciado pela valorização do salário mínimo ao longo da década, haja vista que os salários próximos ao salário mínimo sofrem reajustes conforme este último. Já os salários que distam do mínimo, normalmente sofrem variações não proporcionais aos reajustes do salário mínimo. O resultado disso pode ser o aumento da concentração dos trabalhadores nas faixas menores. Outra análise sobre a totalidade do mercado de trabalho encontra-se na observação das remunerações dos trabalhadores, conforme tabelas a seguir.

De acordo com a tabela 3, a remuneração média anual total, em valores correntes foi de R\$11.310,69, valor que quase dobrou no final da década, quando chegou a R\$20.399,58. Pela tabela é possível perceber que os trabalhadores sem carteira assinada e autônomos recebem, em média, até dois salários mínimos (sendo a remuneração dos autônomos um pouco maior que dos trabalhadores sem carteira), mas, que à semelhança dos trabalhadores formais, apresentaram variação positiva em valores correntes.

Tabela 3- Remuneração dos Trabalhadores em Valores Correntes

	2001	2005	2008
OCUPAÇÕES COM VÍNCULO			
Até 1 salário mínimo	2.049,18	3.445,13	4.712,41
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	3.627,08	6.082,26	8.503,69
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	6.015,33	10.157,87	14.746,89
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	11.130,86	18.752,95	27.108,31
Mais de 7,00 salários mínimos	38.521,27	63.515,98	90.092,66
Total	11.310,69	15.803,84	20.399,58
OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO			
Sem Carteira	3.041,71	4.402,84	5.461,26
Autônomos	4.862,55	6.101,12	8.388,38

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

Adicionalmente, pode-se avaliar as remunerações em termos reais, para isso, será utilizado o ano de 2001 como o ano-base. O deflator dos salários adotado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor¹¹, do IBGE (INPC/IBGE) e os valores dos salários podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 4 – Remuneração dos Trabalhadores em Valores Reais

	2001	2005	2008
OCUPAÇÕES COM VÍNCULO			
Até 1 salário mínimo	2.049,18	2.527,61	3.125,98
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	3.627,08	4.462,41	5.640,92
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	6.015,33	7.452,58	9.782,35
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	11.130,86	13.758,58	17.982,30
Mais de 7,00 salários mínimos	38.521,27	46.600,13	59.762,96
Total	11.310,69	11.594,89	13.532,06
OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO	-		
Sem Carteira	3.041,71	4.402,84	5.461,26
Autônomos	4.862,55	6.101,12	8.388,38

Fonte: CONAC, MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975 e IBGE. Elaboração Própria a partir da MDS

Conforme a tabela 4, os trabalhadores tiveram ganhos reais ao longo da década, cuja média para os trabalhadores formais ficou em torno de 57,5% do período de 2001 a 2008 e de 16,8% para os trabalhadores sem vínculo formal. Para este mesmo período, a variação acumulada do INPC/IBGE foi de 78%.

¹¹ A adoção do INPC como corretor para salário real decorre do fato de que este índice captura as variações nos preços de serviços, comércio, serviços de utilidade pública – como luz, água e esgoto – e alugueis residenciais. Trata-se, portanto, de bens e serviços que compõem, na sua maioria, a cesta dos trabalhadores assalariados e, portanto, variações neste índice são mais sensíveis a essa classe.

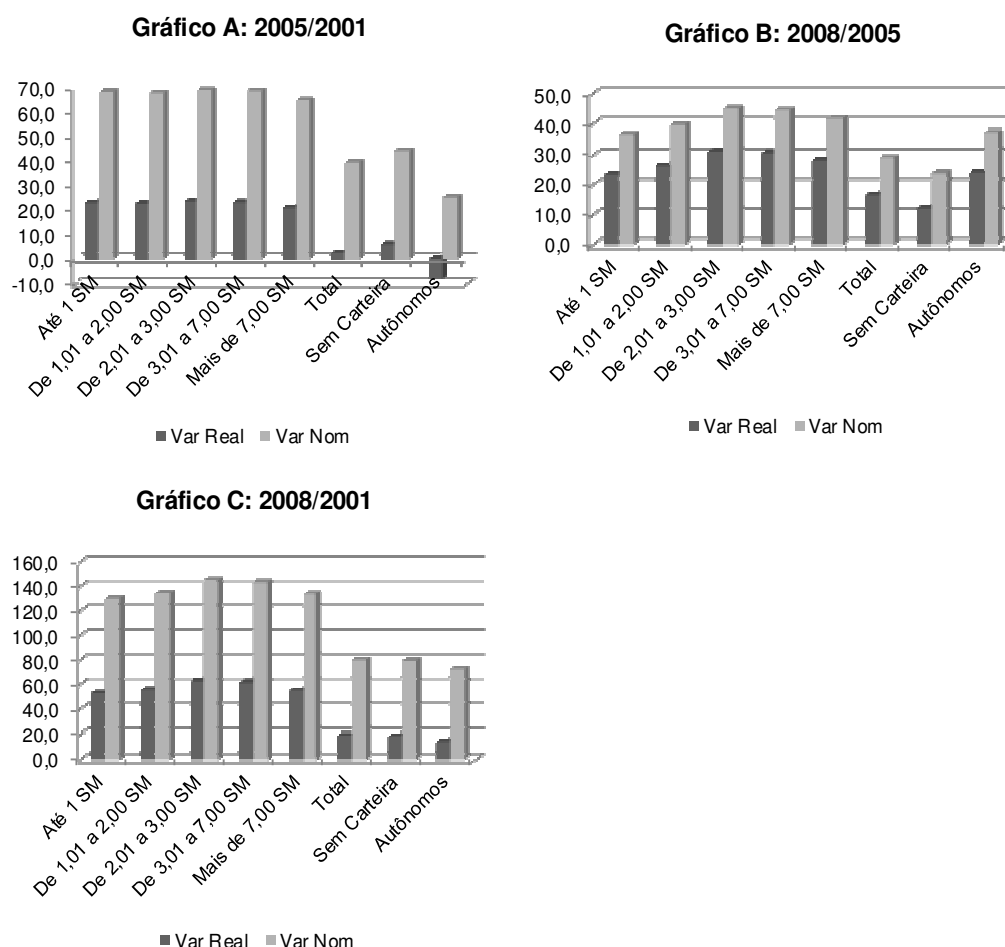
Tabela 5 – Variação Real dos Salários por Períodos

	2005/2001	2008/2005	2008/2001
OCUPAÇÕES COM VÍNCULO			
Até 1 salário mínimo	23,3	23,7	52,5
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	23,0	26,4	55,5
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	23,9	31,3	62,6
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	23,6	30,7	61,6
Mais de 7,00 salários mínimos	21,0	28,2	55,1
Total	2,5	16,7	19,6
OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO			
Sem Carteira	6,20	12,15	19,10
Autônomos	(7,94)	24,31	14,43

Fonte: CONAC, MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975 e IBGE. Elaboração Própria a partir da MDS

A tabela 5 aponta que, em termos reais, os trabalhadores que recebem até um salário mínimo tiveram um aumento real nos salários muito parecida nos períodos de 2005/2001 e 2008/2005, isto é, em torno de 23% de ganhos reais. No período total este ganho representou 52,5%. As faixas de renda que tiveram maiores ganhos reais foram aquelas situadas no intervalo entre dois e sete salários mínimos, cujos valores estiveram acima de 61%. Por outro lado, os trabalhadores que recebem mais de sete salários apresentaram ganhos salariais reais em menor ritmo se comparados com os demais trabalhadores com vínculo. Os trabalhadores sem vínculo formal também apresentaram crescimento real de suas remunerações, porém, em média inferior a de trabalhadores formais. Cabe destacar, ainda, que na comparação entre 2001 e 2005 houve uma queda real da remuneração dos trabalhadores autônomos, de quase 8%, mas, na década, o resultado foi positivo de 14% de aumento real da renda deste grupo de trabalhadores. Adicionalmente, pode-se comparar as variações nominal e real dos salários dos trabalhadores conforme gráfico 1:

Gráfico 1: Variação Salarial Real e Nominal – Comparação por Períodos



Fonte: CONAC, MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975 e IBGE. Elaboração Própria a partir da MDS

A comparação da variação nominal e real para os períodos distintos revela que o período de 2008/2005 apresenta as menores disparidades entre as variações nominal e real e, por outro lado, a comparação do período total (2008/2001) indica que a variação nominal foi, em muitos casos, mais que o dobro da variação real. A análise da variação real dos salários revela, ainda, que os autônomos tiveram perdas salariais no primeiro período, algo que não seria captado em termos nominais, visto que para esses últimos os resultados foram todos positivos. Deve-se salientar que o aumento do poder de compra dos trabalhadores que recebem salários próximos ao salário mínimo foi favorecido, em grande parte, pela valorização deste último no período abordado. Em termos comparativos, a valorização real do salário mínimo entre 2001 e 2008 foi de quase 53% e a valorização média dos trabalhadores que recebem até três salários mínimos ficou em torno de 57%. Isso permite postular sobre a importância da política de valorização do salário mínimo para aumentar os ganhos reais dos trabalhadores. Além disso, como foi visto na tabela 1, a maior parte dos trabalhadores formais recebe de dois a três salários mínimos (a média para os três anos foi de 62% do total dos trabalhadores formais), ou seja, aumentos reais no salário mínimo impactam positivamente na renda real da maioria dos trabalhadores formais.

Em contrapartida, a valorização real do salário mínimo não acompanhada de aumentos reais proporcionais nas classes trabalhadoras que recebem maiores salários leva esses trabalhadores a ocuparem as faixas de renda inferiores, mesmo que estes tenham percebido aumentos reais de seus salários, mas, não na mesma proporção do aumento do salário mínimo. Em seguida, podemos analisar remuneração média dos trabalhadores alocados conforme os setores de atividade econômica, conforme dados extraídos da Matriz de Distribuição de Salários e apresentados na tabela 6.

O desempenho da renda média real foi distinto nos anos observados, de acordo com cada setor de atividade. Dentre os quinze setores, seis apresentaram, no período de 2005/2001, uma queda do poder de compra dos trabalhadores. Esses setores foram: Intensivos em tecnologia, com uma queda de 0,7%; Produção e distribuição de eletricidade, gás e água, cuja queda foi de 8,1%; Serviços de informação, que registrou a maior queda: 16% no período; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar, com a segunda maior queda, de 9,3%; Atividades imobiliárias e de aluguel, com -1,3%; e Outros serviços, cuja queda foi de 1,4%. Em dois setores – Produção e distribuição de eletricidade, gás e água e Serviços de informação, a queda real do salário (-1% e -5,3% respectivamente) ocorreu também na comparação do período de 2008/2001. Os trabalhadores dos demais setores perceberam um aumento real de seu poder de compra. Neste caso, chama a atenção o setor Comércio, cuja alta entre 2008/2001 foi de 42,5%, o setor Commodities agrícolas com aumento de 33,5%, e Administração, saúde e educação públicas, com crescimento de 27,7% da renda real no mesmo período.

A tabela 6 chama a atenção para o fato de que os mesmos setores que apresentaram queda do poder de compra dos trabalhadores em pelo menos um período, são aqueles que possuem as maiores remunerações médias. Com exceção do setor Petróleo que obteve a maior renda média no período, e ao mesmo tempo, apresentou aumentos reais nos salários dos trabalhadores, os setores que registram queda real, num período ao menos, e maiores rendas médias (em ordem decrescente após o Petróleo) foram: Intermediação financeira, seguros e previdência complementar que manteve renda superior à renda média total; Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; Serviços de informação; e Intensivos em tecnologia, todos com remuneração média superior à total. Por outro lado, o setor Comércio, com maior aumento real de salários, foi ao mesmo tempo o que apresentou pior média salarial. Além deste, outros setores exibiram renda média inferior à renda média total: Agropecuária; Indústria tradicional; Construção; Atividades imobiliárias e aluguel; Outros serviços.

Tabela 6 – Remuneração Média Real por Setor de Atividade

	2001	2005	2008
agropecuária	7.241,14	8.358,33	8.596,75
Petróleo	69.662,46	76.662,75	83.037,04
Commodities industriais	15.838,06	16.820,40	18.537,79
indústria tradicional	9.569,65	9.571,71	10.880,72
commodities agrícolas	10.792,93	11.895,86	14.408,51
intensivos em tecnologia	21.710,84	21.563,82	23.053,16
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	29.068,56	26.723,18	28.777,55
Construção	8.522,01	8.580,27	9.892,19
Comércio	5.602,14	6.364,52	7.982,24
Transporte, armazenagem e correio	11.505,81	11.839,38	13.746,64
Serviços de informação	25.541,01	21.466,45	24.191,26
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	43.103,70	39.091,51	46.675,91
Atividades imobiliárias e aluguel	8.615,77	8.505,06	10.861,10
Outros serviços	7.742,00	7.631,31	9.055,88
Administração, saúde e educação públicas	15.575,22	16.687,40	19.888,84
Ignorado e Não Informados	9.361,93	9.403,45	11.156,62
Total	11.310,69	11.594,89	13.532,06

Fonte: IBGE, CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

Os resultados da tabela 6 corroboram o que foi exposto anteriormente, ou seja, o aumento real do salário mínimo beneficia os trabalhadores assalariados. Outrossim, os fatos observados na tabela vão ao encontro do que foi afirmado em seções anteriores, de que os setores produtivos e a importância relativa destes na economia de um país delineiam e influenciam os salários dos trabalhadores neles alocados (vide exemplo do setor petróleo).

Tabela 7 – Estrutura de Ocupações: Frequência e Remuneração Média Real

Ocupações	2005		2008	
	Frequência	Rem. média	Frequência	Rem. média
Membros Superiores do Poder Público, dirigentes de Organizações de interesse público e de empresas e gerentes	1.571.422	40.080,54	1.805.432	43.454,99
Profissionais das Ciências e das Artes	3.806.437	32.196,27	4.510.379	37.326,22
Técnicos de Nível Médio	4.053.862	19.609,11	4.707.187	22.065,54
Trabalhadores de Serviços Administrativos	7.226.606	14.830,45	8.563.273	16.168,75
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Comércio	8.364.346	8.662,42	10.159.229	9.795,07
Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Caça e Pesca	1.628.553	6.857,20	1.731.062	8.536,40
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	7.215.179	11.276,16	8.731.567	12.550,81
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	1.425.308	13.446,57	1.595.566	14.872,71
Trabalhadores de Manutenção e Reparação	1.455.412	11.608,38	1.091.355	15.707,83
Ignorado	689.225	26.685,35	655.562	34.112,84
Total	37.436.349	15.803,84	43.550.611	17.824,01

Fonte: IBGE, CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

Como mencionado anteriormente, a comparação dos anos quanto à estrutura de ocupações fica restrita aos anos de 2005 e 2008, adotando-se o ano-base de 2005 para o cálculo do salário real das ocupações. É possível perceber na observação da frequência de trabalhadores por ocupação na tabela 7 que a maior parcela dos trabalhadores estão inseridos nas ocupações: trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e comércio (22% e 23% do total em 2005 e 2008 respectivamente); e serviços administrativos e produção de bens e serviços industriais (entre 19% e 20% nos dois anos). As três estruturas ocupacionais juntas representaram 60,92% do total em 2005 e 63,04% em 2008, elas são destaque da próxima tabela.

Tabela 8 – Frequência dos Trabalhadores nas Estruturas Seleccionadas**Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Com. em Lojas e Comércio**

	2005	2008
Até 1 salário mínimo	561.128	700.406
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	5.199.166	7.158.578
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	1.560.688	1.365.581
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	870.507	771.624
Mais de 7,00 salários mínimos	172.856	163.040
Total	8.364.346	10.159.229

Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais

	2005	2008
Até 1 salário mínimo	196.766	267.939
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	3.147.657	4.536.286
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	1.935.324	2.143.109
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	1.668.028	1.567.720
Mais de 7,00 salários mínimos	267.404	216.513
Total	7.215.179	8.731.567

Trabalhadores de Serviços Administrativos

	2005	2008
Até 1 salário mínimo	350.512	496.372
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	3.014.524	4.272.766
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	1.462.933	1.487.600
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	1.654.927	1.654.562
Mais de 7,00 salários mínimos	743.710	651.975
Total	7.226.606	8.563.273

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

Ao analisar a frequência dos trabalhadores por faixa salarial nestas três ocupações, pode-se perceber que, na média dos dois anos, cerca de 90% dos Trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio receberam até três salários mínimos. Entre 2005 e 2008 aumentou o número de trabalhadores formais da produção de bens e serviços industriais que recebem até três salários mínimos, passando de 73,18% em 2005 para 79,6% em 2008. Os trabalhadores das ocupações Serviços administrativos não fogem à tendência apresentada nas outras duas estruturas, visto que, a maior parte destes trabalhadores recebeu até três salários, sendo que em 2005, 66,8% dos trabalhadores recebiam até três salários mínimos, e em 2008 este percentual foi de 73,1%.

5- Conclusão

Este trabalho buscou apresentar o comportamento do mercado de trabalho no Brasil para alguns anos selecionados da década de 2000 a partir da análise dos dados de uma matriz de distribuição de salários para a economia brasileira. Essa matriz é um valioso instrumental de análise e orientação de política econômica à medida que fornece o retrato do comportamento do mercado

de trabalho ampliado por estrutura ocupacional e setores de atividade econômica, por faixas de salários, que podem ser medidos em termos reais e nominais.

Os resultados extraídos desta matriz foram ao encontro da proposta inicial deste trabalho, à medida que foi possível observar dois fatos relevantes para o estudo da determinação da distribuição de salários numa economia. De um lado, foi possível perceber que as políticas de valorização do salário mínimo impactam positivamente na remuneração da maioria dos trabalhadores que recebem em torno deste salário. Neste sentido, a matriz de distribuição de salários permite apontar os setores de atividade e as ocupações cujos trabalhadores podem se beneficiar das valorizações reais do salário mínimo e, ao mesmo, tempo, permite auferir o impacto das políticas salariais sobre a distribuição de salários.

Por outro lado com base nos dados extraídos desta matriz foi possível constatar que a distribuição de salários na economia brasileira segue um padrão de acordo com a remuneração das ocupações e que reflete, ao mesmo tempo, a importância relativa da estrutura ocupacional conforme os setores de atividade econômica do país.

Referências Bibliográficas

- APPELBAUM, E. **Labor Market in Post-Keynesian Theory**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.
- CRESPO, E.A. Separação Preços-quantidades na Teoria Clássica dos Preços e da Distribuição. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro:IE/UFRJ, 2007.
- DUNLOP, J. **Wage Contours**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.
- GLEICHER, D. STEVANS, L. **A Classical approach to occupational wage rates**. New York: Praeger, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Coordenação de Contas Nacionais. **Séries Relatórios Metodológicos**. v.24, 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- KALECKI, M. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. Coleção economia e planejamento. São Paulo: Hucitec, 1977.
- LEWIS, A..O **desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra**. In AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- MEDEIROS, C.A. Distribuição de renda como política de desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro – II**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- MEDEIROS, C.A. Salário Mínimo e Desenvolvimento. **Seminário Salário Mínimo e Desenvolvimento**. Campinas: IE/UNICAMP, CESIT, abr/2005.
- MEDEIROS, C. A. **Padrões de Crescimento, Distribuição de Renda e pobreza**: Lições da experiência da América Latina. In: XII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO. Livro 1, 3ª ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.
- PIORE, M. Unemployment and Inflation: An Alternative View. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SERRANO, F.L.P. Estabilidade nas Teorias Clássica e Neoclássica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2 (21), jul/dez 2003, p.147-167.
- SERRANO, F.L.P., MEDEIROS, C.A. O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente. **Revista de Economia Política**. V. 24, 2004p. 238-256..
- SERRANO, F.L.P. A Teoria do Valor de Marx: Excedente ou “Transfiguração Crítica”? Seções Ordinárias. **XII Encontro de Economia Política**, Vitória: 2007
- SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**: prelúdio a uma crítica à teoria econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- STIRATI, A. **The Theory of Wages in Classical Economics**: A Study of Adam Smith, David Ricardo and their contemporaries. Edward Elgar, 1994.